

ANÁLISE DO DISCURSO E ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: DESDOBRAMENTOS E INTERSECÇÕES

Iran Ferreira de Melo¹

RESUMO: Os estudos lingüísticos contemporâneos de orientação discursiva têm dado relevo à investigação de fatores de ordem sociocultural e política na relação que estes mantêm com a língua. Essas pesquisas são de caráter crítico e delineadas por sub-áreas da Lingüística preocupadas em dialogar suas teses com teorias de outros campos como as Ciências Sociais, a Psicologia Social, a Psicanálise, a História e a Filosofia. Na esteira desse tipo de pesquisa encontram-se algumas linhas teóricas denominadas *análises de discurso*, que oferecem atenção aos processos de produção e interpretação lingüística caracterizados por tensões sociais e contemplam a dimensão da mudança social através do discurso. Buscamos, aqui, apresentar pontos de relevância para distinguirmos duas grandes correntes que se apresentam com o rótulo de tais linhas teóricas: a Análise do Discurso, linha produzida na França, e a Análise Crítica do Discurso, vertente anglo-saxã. Para tanto, relacionamos a obra *Discurso e Mudança Social*, trabalho onde Norman Fairclough – um dos mais difundidos expoentes da ACD – apresenta as bases de sua teoria do discurso, com importantes questões concernentes ao quadro epistemológico da análise do discurso de linha francesa, cujas principais referências são Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau e, no Brasil, Eni Orlandi.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Lingüística. Intersecção.

ABSTRACT: *The linguistic contemporary studies of discursive direction have been giving relief to the investigation of factors of order sociocultural and political in the relation that these maintain with the language. These inquiries are of character critical and when Linguistics was outlined by sub-areas of preoccupied in his theories talked to theories of other fields like the Social sciences, the Social Psychology, the Psychoanalysis, the History and the Philosophy. Along with this type of inquiry there are some theoretical lines called Discourse Analyses, which offer attention to the processes of production and linguistic interpretation characterized by social tensions and contemplate the dimension of the social change through the discourse. We look, here, to present points of relevance to distinguish two great currents that show up with the label of such theoretical lines: the Discourse Analysis, line produced in France, and the Discourse Critical Analysis, slope Saxon-English. For so much, we make a list of the work Discourse and Social Change, work where Norman Fairclough – one of the most spread exponents of the ACD – presents the bases of his theory of the speech, with important questions concerning the picture of the knowledge of the discourse analysis of French line, which principal references Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau and, in Brazil, Eni Orlandi.*

KEY-WORDS: Discourse. Linguistics. Intersection.

¹ Iran Ferreira de Melo (iranmelo@usp.br) é doutorando em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo.

Introdução

Neste artigo interessa-nos saber, acerca das interfaces entre a Análise do Discurso Francesa (doravante AD) e a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), quais são os pontos de conflito e similitudes entre elas. Identificamos alguns deles, notadamente a concepção de discurso e a de sujeito/ator social e, em função de nosso recorte, vamos apontar algumas questões fundamentais e passíveis de comparação entre os dois campos.

Dividimos nossa discussão em dois blocos. No primeiro momento objetivamos mapear, de modo introdutório, as duas vertentes, expondo um pouco de suas histórias seus principais fundamentos epistemológicos e alguns nomes de seus pesquisadores mais representativos. Logo após, traçaremos um breve olhar sobre questões que demandam possíveis problematizações a ambas correntes.

1. Primeira reflexão: mas, afinal, o que é discurso?

A expressão *análise de discurso* tem suscitado uma série de equívocos em função da diversidade de significados atribuídos ao termo *discurso*. Tem sido comum uma variedade de campos da Lingüística que utilizam a expressão para identificar seu objeto de análise.

Na década de 60, o estudo da língua por ela mesma, até então vigente, começa a se desestabilizar a partir de novas propostas teóricas. Surge a preocupação com o funcionamento da linguagem em uso, introduzem-se componentes pragmáticos e a dimensão social começa a fazer parte do estudo da língua com o objetivo de combater a perspectiva estruturalista que vigorava. Esse limiar dá lugar ao surgimento de diferentes práticas sob o rótulo de análise de discurso.

Desse modo, antes de qualquer tipo de abordagem sobre o que venha a ser tal rotulação, é importante se pensar no que se pode conceber como discurso.

Existem várias concepções do que seja discurso nos estudos lingüísticos, da mais concreta a mais abstrata, sendo a toda concepção de discurso subjacente uma outra de língua e de sujeito. Vejamos algumas:

a) Em perspectivas estruturalistas a noção de discurso é a de conglomerado de palavras ou sentenças; o sujeito do discurso é um reproduzidor de um sistema lingüístico e um decodificador de uma mensagem e a língua é uma estrutura invariável. Nesse caso, discurso se confunde com texto;

b) Para Pêcheux (1990), o discurso é uma forma de materialização ideológica, como identificaram os marxistas em outras instâncias sociais. O sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade;

c) Fairclough (2001) entende discurso como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais e o sujeito da linguagem, a partir de uma perspectiva psicossocial, tanto propenso ao moldamento ideológico e lingüístico quanto agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos; ora ele se conforma às formações discursivas/sociais que o compõem, ora resiste a elas, ressignificando-as, reconfigurando-as. Desse modo, a língua é uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldada por ela;

d) Segundo Maingueneau (2005, p.15) discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Para esse autor, o discurso não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos e todo enunciado de um discurso se constitui na relação polêmica com outro. O sujeito é um espaço cindido por discursos e a língua um processo semântico e histórico.

Embora não haja consenso entre os vários lingüistas sobre o significado do termo *discurso* (essa pequena amostra acima é representativa), há em comum entre todas as correntes que analisam o discurso (obviamente excetuando-se as perspectivas estruturalistas) o ideário de análise não focalizada no funcionamento lingüístico, e sim na relação que o sujeito e esse funcionamento estabelecem reciprocamente. Ou seja, o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata tão somente da língua, mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas.

Visto um pouco as principais divergências entre os conceitos de alguns nomes das ditas análises de discurso, um percurso histórico sobre estas nos situaria melhor acerca do que esses conceitos representam em seu interior da AD e da ACD.

2. Uma breve incursão sobre na história da AD

Em 1950, Harris escreve *Discourse Analysis*, texto que aponta para uma análise transfrástica da língua, rompendo com o modelo estruturalista vigente. Nesse mesmo período, Roman Jakobson (com a Teoria da Comunicação) e, principalmente, Émile Benveniste (apresentando a Teoria da Enunciação) introduziam novos paradigmas à concepção de análise da língua, o primeiro percebendo os fatores de condição da produção lingüística, no que concerne à comunicação e o segundo investigando a natureza constitutiva da linguagem através do processo enunciativo.

Especialmente a Teoria da Enunciação de Benveniste redimensionou o olhar dado à língua. Para esse teórico, a linguagem só ganha possibilidade na enunciação e nesta o sujeito deixa rastros discursivos; noção que foi produtiva para o limiar do que, em 1969, com a publicação de *Análise Automática do Discurso* de Michel Pêcheux, vem a se denominar de Análise do Discurso (AD).

A AD consiste numa corrente desenvolvida majoritariamente na França e que trata a língua em seu processo histórico, atende a uma perspectiva não-imanentista e não-formal da linguagem e privilegia as condições de produção e recepção textual, bem como os efeitos de sentido.

O lexicólogo Jean Dubois e o filósofo Michel Pêcheux foram os primeiros grandes nomes da AD e vislumbravam a possibilidade dela desenvolver investigações sobre as relações de poder que se estabeleciam politicamente no cenário social da época.

Tributário a Althusser e influenciado pelos projetos da revolução francesa de maio de 1968, Michel Pêcheux passa a desenvolver trabalhos analíticos sobre a relação entre os partidos envolvidos em tal revolução. Essa foi uma forma que o filósofo encontrou para fazer de sua prática acadêmica uma contribuição significativa sobre a ideologia na reprodução social.

Importava à AD a investigação do modo como os indivíduos interagem pela linguagem e a descrição das funções que formas linguísticas realizavam em práticas discursivas específicas; normalmente institucionais e ligadas ao Estado. Essa vertente dos estudos discursivos enfocava a linguagem em seu uso concreto, como prática social, e contemplava a produção de sentido do discurso como resultante do processo de interação social.

O grande objetivo da AD era detectar os diferentes processos de reprodução social do poder hegemônico através da linguagem – a princípio muito ligado a políticas partidárias – e que a fez direcionar suas bases epistemológicas para um foco central – a idéia de que o sujeito não é dono de seu discurso, mas assujeitado por ele – constituído por meio de três pilares epistemológicos:

- o aparelhamento social, estipulado pelo materialismo althusseriano;
- a intervenção do inconsciente, teorizado pela Psicanálise lacaniana;
- a convenção social linguística extrínseca ao sujeito, postulada pelo Estruturalismo de Saussure.

Tentaremos, a seguir, mapear, introdutoriamente, esse quadro de influências.

2.1. A AD e a Sociologia - o materialismo de Louis Althusser

Althusser (2001) postulou uma teoria sobre a ideologia com base marxista, ele pretendia entender como os indivíduos atuavam em suas práticas sociais a partir da premissa marxista de que a base de qualquer relação social é conflituosa e manipulada por interesses ideológicos.

Althusser alargou a idéia do materialismo nos moldes marxistas, não o compreendendo apenas por meio da instância econômica. Ele ampliou a noção do materialismo, apresentando a idéia de conflito social a partir do parâmetro da ideologia materializada em diversas instituições e práticas sociais e afirmou que “o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é o mecanismo da sujeição social (...) é um mecanismo com duplo efeito: o agente se reconhece como sujeito e se assujeita a um sujeito absoluto” (ALTHUSSER, 2001, p.08). Esse tipo de ideologia é calcado na noção de aparelhamento ideológico, ou seja, a reprodução ideológica é construída no seio dos meios de produção da vida social, os quais se denominam de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). São exemplos de esferas do AIE, a

igreja, o sindicato, a família, entre outras instâncias de valor simbólico e institucional que delegam significado em nossas vidas. Para Althusser as ideologias dessas instituições nos aparelham e somos invariavelmente resultados delas.

A relação de Althusser com a AD está na idéia de que a linguagem consiste, também, numa materialidade da ideologia e que nela podemos identificar traços ideológicos do sujeito.

2.2. A AD e a Psicanálise – o inconsciente de Jacques Lacan

Com a concepção de sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente, Jaques Lacan trouxe à AD grandes contribuições.

Sua idéia de formação do sujeito como resultado do inconsciente que se institui no discurso do outro, ou seja, o inconsciente como o lugar do desconhecido, foi o que definiu a representação do indivíduo para a AD. Desse modo, o sujeito não é substancializado, porque somente se constitui na relação com o outro.

De acordo com a teoria lacaniana, existe o outro da linguagem que possui uma posição dominante sobre o sujeito, isto é, o sujeito é atravessado e estruturado pela linguagem alheia e não possui autonomia sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas apenas ocupa um lugar social dentro de um processo histórico de onde enuncia, isto é, seu lugar histórico lhe permite algumas inserções sociais e produções discursivas e não outras.

A AD entende, assim, a produção textual como o resultado de um trabalho ideológico e não consciente.

2.3. A AD e os estudos lingüísticos – o Estruturalismo de Ferdinand Saussure

De acordo com o estruturalismo saussuriano, a língua não é compreendida na sua relação com o mundo, mas como um sistema fechado sobre si, que deve ser apreendido. Ele define as estruturas das línguas em função da relação que elas estabelecem entre si, imanentemente. Há, para Saussure, a preeminência da estrutura sobre a própria estrutura em forma de relações binárias de sentido: “A” apenas significa algo porque “B” não o significa. Essa sobreposição da estrutura foi, também, uma forma de assujeitar o sujeito na AD por meio do sistema lingüístico.

Foi, a partir dessa lógica estruturalista de Saussure, que se consolidou a perspectiva da AD em assumir alguns discursos como provenientes de determinados universos discursivos e outros não.

3. Fases da AD

Durante sua história a AD dividiu-se em três fases, são os momentos explicitados abaixo de modo sumarizado.

3.1. AD 01 – Período das máquinas discursivas

Caracterizada pelo esforço de teorização de uma máquina estrutural-discursiva automática. A proposta inicial da AD corresponde à análise do discurso de 1969 com o lançamento da obra inaugural *Análise Automática do Discurso* de Michel Pêcheux, cujo intuito era, apoiado no método que Harris havia postulado em sua obra *Discourse Analysis*, a apresentação de algoritmos para uma análise automática de discursos. Nessa fase os discursos analisados eram todos autoritários e políticos teórico-doutrinários.

A denominada AD 01 entendeu, basicamente, cada processo discursivo como uma “máquina discursiva”, ou seja, de caráter não polêmico e estabilizado; por exemplo, quem era comunista não poderia, nunca, falar como conservador e vice-versa.

3.2. AD 02 – O apogeu das formações discursivas

A tomada de posição que nega a origem enunciativa de um sujeito intencional é o fulcro da segunda fase da AD, denominada de AD 02 e que se inicia em 1975 com a publicação de *Les Vérités de la Palice*, também de Pêcheux: uma revisão de alguns conceitos apresentados na primeira fase e a introdução de fundamentos como a noção de Formação Discursiva de Foucault (doravante FD), isto é, aquilo que determina o que pode/deve ser dito a partir de um dado lugar social que o sujeito ocupa.

A FD é marcada por regras de controle social e é sempre construída por outras FDs, o que já anuncia a noção de heterogeneidade do discurso (conceito exaustivo da terceira fase), que passa a conceber a função interdiscursiva como cerne do funcionamento da linguagem.

Na AD 02, cabia ao analista descrever a dispersão que era uma FD e estabelecer as regras de formação dela. Essa fase consistiu num amadurecimento teórico no interior da AD em relação à AD 01.

3.3. AD 03 – O primado do interdiscurso

Num outro momento dos estudos da AD, essa fase passa-se a pensar que um discurso não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos e que a linguagem é, fundamentalmente, heterogênea, o que evoca as noções de dialogismo propagadas por Bakhtin.

Emerge, então, a importância da noção de interdiscurso, que passa a ser visto como o objeto de investigação de qualquer análise do discurso, principalmente a partir dos trabalhos de Jacqueline Authier-Révuz sobre heterogeneidade discursiva, os quais inauguram a AD 03.

Authier-Révuz abriu o rol de discussões acerca dessa perspectiva, enfraquecendo a noção eminente de FD e criando terreno à teoria da *heterogeneidade mostrada* e da *heterogeneidade constitutiva* do discurso.

Dentro das bases teóricas do dialogismo evidenciado por Bakhtin na primeira metade do século XX, para quem a língua é constituída, substancialmente, pela interação verbal, eis que surge a afirmação de que o discurso possuía dois níveis de heterogeneidade: um que podemos localizar na superfície do texto através de citações, intertextos marcados, etc., o que Authier-Révuz (1990) denominou de Heterogeneidade mostrada, sendo, portanto, de ordem textual, do domínio da textura do discurso; o outro aquele que não podemos recuperar na superfície do texto, podendo ser localizável por meio da memória discursiva, ou seja, o reconhecimento de que dada formação social e ideológica caracteriza alguns termos, expressões e predicções inseridas no texto, a esse tipo de heterogeneidade a autora intitulou de Heterogeneidade constitutiva e a entendeu como aquela basilar e fundante de toda prática discursiva.

4. Continuando a história – a ACD

Mais uma vez, com o lançamento de um trabalho teórico, agora dos britânicos Fowler, Hodge & Kress, em 1979, chamado *Language and Control*, nasce uma outra vertente preocupada com o trabalho do discurso como prática social, mas com bases e conceitos extremamente diferenciados dos desenvolvidos pela AD, era a chamada Análise Crítica do Discurso (ACD), que se denomina assim porque tenta revestir-se de uma prática social transformadora da sociedade, dando aos analistas um relevante estatuto de interventor social por meio de seu trabalho de análise.

A ACD é um estudo de oposição às estruturas e às estratégias do discurso das elites. Seus analistas são, normalmente, militantes sociais, intelectuais orgânicos que formulam propostas para exercerem ações de contrapoder e contra-ideologia a situações de opressão.

Ela tem-se apresentado como um instrumental teórico para a análise das práticas discursivas que constroem as várias ordens sociais vigentes e como uma forma de investigação das formações discursivas que engendram as relações de poder, as representações e identidades sociais e os sistemas de conhecimento e crença, ou seja, “os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas lingüístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação” (KRESS, 1990, p.85),

O princípio norteador da ACD sustenta-se na noção de que o discurso constitui e é constituído por práticas sociais, sobre as quais se podem revelar processos de manutenção e abuso de poder, por isso é função do analista crítico do discurso difundir a importância da linguagem na produção, na manutenção e na mudança das relações sociais de poder e aumentar a consciência de que a linguagem contribui para a dominação de uma pessoa sobre a outra, tendo em vista tal consciência como o primeiro passo para a emancipação.

As bases epistemológicas da ACD são:

- os estudos anglo-saxões sobre discurso na década de 70 – Lingüística Crítica – principalmente a Lingüística Sistêmico-funcional de Halliday;
- as teorias neomarxistas, especialmente as de Gramsci;
- os estudos da Escola de Frankfurt.

Trataremos brevemente sobre esses quadros a seguir.

4.1. Lingüística crítica – Lingüística Sistêmico-funcional de Michel Halliday

A ACD surgiu a partir da filiação a uma corrente da Lingüística que, hoje, denominamos de Lingüística Crítica

De acordo com Rajagopalan (2002), a Lingüística Crítica nasceu na década de 1970 e trata-se da convicção de que teorizar a respeito da linguagem não é, como se crê, em larga escala, se empenhar em um metadiscorso acerca do objeto, mas tem como ponto de partida a tese de que teorizar a linguagem é uma forma de intervir nela e na estrutura social que a norteia.

Um nome emblemático da Lingüística Crítica é o de Michel Halliday por seu empreendimento no que se convencionou chamar de Análise Funcional da Sentença, perspectiva analítica muito utilizada pela ACD, a qual postula compreender a escolha semântico-pragmática dos constituintes de um enunciado, avaliando seus estatutos de objetos ou agentes em uma prática discursiva de representação social.

A grande contribuição da Lingüística Crítica hallidayana para a ACD foi a análise multifuncional da sentença, o que é uma forma de se investigar a sentença de modo a contemplar as três funções sociais da linguagem preconizadas por Halliday (1970, 1985) e presentes em qualquer enunciado: a função ideacional, isto é, a representação social possível de se atribuir aos objetos do discurso durante sua produção; a função interpessoal, as ações sociais que se efetivam no momento da produção discursiva; e função textual, ou seja, a forma como se estrutura o texto indica determinadas ideologias e intenções de quem o produz.

4.2. Gramsci e a escola de Frankfurt

As contribuições de Antônio Gramsci e dos integrantes de Frankfurt, talvez constituam a mola mestra para a concepção sociológica de boa parte do que se produziu na ACD, visto que esta propõe um diálogo entre as ciências humanas e tenta sintetizar teorias lingüísticas com as teorias das Ciências Sociais.

Influências como a de Habermas, Bourdieu, Adorno e Gramsci permitiram sustentação aos fundamentos do que os analistas críticos do discurso concebem como mudança discursiva e prática discursiva.

A noção de hegemonia gramsciana relaciona-se com a idéia de instabilidade de poder que está atrelada ao discurso e ao sujeito; Bourdieu e sua contribuição sobre violência simbólica e Habermas com seus pensamentos sobre colonização na sociedade contemporânea constituem pano de fundo para a ACD pensar nos discursos pós-modernos da mídia e da sociedade de consumo.

4.3. Alguns nomes paradigmáticos da ACD

Determinados nomes são destaques no quadro epistêmico das teorias da ACD. Teun Van Dijk, Gunter Kress e Norman Fairclough são alguns expoentes que se intitulam vinculados a esse campo.

4.3.1. Van Dijk

As práticas sociais concretizadas pela linguagem, naturalizadas e legitimadas socialmente tem interesse para a ACD e especialmente aos estudos de Teun van Dijk, teórico, que se destacou por sua vertente sócio-cognitiva nos estudos discursivos.

Para esse autor, é necessário reconhecer quais práticas discursivas institucionalizam a sociedade e quais cognições sociais permeiam tais práticas.

De acordo com Van Dijk (1997), “embora as ideologias sejam evidentemente, sociais e políticas e estejam relacionadas com grupos e estruturas sociais (...), possuem também uma dimensão cognitiva crucial. Em termos intuitivos incorporam objetos mentais, tais como idéias, pensamentos, crenças, apreciações e valores.”. Dentre todo seu pensamento sobre o discurso, pode-se destacar uma teoria que ele formulou, a fim de entender o funcionamento da cognição social, a noção de *acesso discursivo*, que significa de que forma é dada a chance do indivíduo se inserir socialmente num discurso de domínio prestigiado.

Van Dijk pensou esse percurso de acesso para quem é excluído socialmente, ou seja, ele se preocupou em detectar como quem não participava de circuitos de poder tinha acesso a esses circuitos através da linguagem. Então analisou muitos domínios discursivos, desde o jornalístico até o jurídico e estipulou dois tipos de inserção, o acesso ao domínio discursivo através de voz reportada, e o acesso ao discurso propriamente dito, por meio da construção predicativa.

Por exemplo, é possível perceber como um grupo social desprestigiado adentra no domínio discursivo do jornal através desses dois mecanismos: no primeiro, como os jornalistas usam o discurso de tal grupo – quando o reporta e entrevista - e no segundo, como o texto criado no jornal constrói a imagem desse grupo através de predicções, ou seja, como esse grupo é comentado. Na primeira situação o acesso é direto na segunda indireto. As duas são formas de manipulação discursiva.

Para Van Dijk, a partir do modo como determinado grupo tem acesso a dados discursos pressupõe-se como se constrói sua representação social.

4.3.2. Gunter Kress

A gramática funcional de Halliday forneceu o conceito e a metodologia que permite o tratamento de algumas das questões colocadas no âmbito da semiótica social, especialmente no que tange à articulação entre forma e função. Herdeiro da escola de Halliday, Gunter Kress fundou a perspectiva semiótica da ACD.

Kress tem se destacado por sua atuação nos trabalhos sobre as teorias multimodais, concepção acerca idéia de que o discurso se constrói não só com base nos significados atrelados às palavras, mas também naqueles ligados à imagem. Por exemplo, um gesto ou um formato de um texto escrito, seja qual for, diz muito de sua construção discursiva, à medida que for possível reconhecer a imagem e relacioná-la com o seu contexto de uso.

4.3.3. Norman Fairclough

Uma das vertentes mais atuantes desenvolvidas na ACD está no postulado do linguista britânico Norman Fairclough, em seu método de análise do discurso intitulado *Análise do*

Discurso Textualmente Orientada – ADTO – (FAIRCLOUGH, 2001), método enquadrado no que o autor concebe como *Teoria Social do Discurso*, pois para ele, a ACD é uma forma de analisar as relações entre o discurso e outros elementos da prática social.

Com a ADTO, Fairclough entende qualquer evento discursivo como simultaneamente um *texto*, uma *prática discursiva* e uma *prática social*. Nessas três esferas calca-se a perspectiva tridimensional do discurso concebida pelo autor e entendida, respectivamente, como a dimensão da análise lingüística, da análise do processo interacional e da análise de circunstâncias organizacionais e institucionais da sociedade.

Fairclough considera como base de sua teoria a natureza dialética social do discurso, ou seja, que, por um lado, o discurso constitui a realidade social e, por outro, ele constituído por ela.

Para Fairclough, o mundo é formado pela atribuição de sentido que os atores sociais lhe impõem, por isso ele acredita que a perspectiva adotada pela AD seja incompleta, pois não dá conta da “face” de resistência do discurso, da natureza de mudança social que as práticas discursivas carregam, mas apenas atestam seu caráter de aparelhamento, reprodução e assujeitamento, daí a não consideração de Fairclough e de todos analistas críticos às influências da Psicanálise, do Estruturalismo, e da teoria marxista estrita.

5. Construções de “discurso” para a AD e a ACD

Os trabalhos teóricos na AD e na ACD buscam responder a um determinado conjunto de pressupostos que autorizam a construção e a operacionalização do discurso como objeto de análise. Pêcheux e Fairclough, como teóricos fundamentais das duas perspectivas em questão, partem de lugares diferentes e isso acarreta ênfases e prioridades distintas. Vejamos para onde Norman Fairclough aponta, propondo um deslocamento em relação ao trabalho dos analistas de discurso franceses.

Fairclough não pretende fazer análise do discurso como procedimento epistemológico sobre a língua, mas como instrumento político contra a injustiça social. Os pesquisadores são também julgados por ele de acordo com sua parcialidade em relação ao objeto analisado. Fairclough assume que a neutralidade, diante das estruturas sociais, numa pesquisa, torna o pesquisador cúmplice de tais estruturas. Para ele, o discurso deve ser visto como um modo de

ação, como uma prática que altera o mundo e altera os outros indivíduos no mundo, desse modo os analistas da ACD devem formular pesquisas que exerçam ações de contrapoder e contra-ideologia, práticas de resistência à opressão social.

O mundo é constituído pela atribuição de sentido que os atores sociais lhe impõem. Sem a interação subjetiva, a intenção dos sujeitos e a atribuição de sentido aos objetos não existem condições para explicar o processo de produção do discurso e dos sentidos. Aqui, chegamos a um ponto crucial, de natureza epistemológica, das duas correntes.

Quando a AD surge, ela procura, sobretudo, combater uma tendência interpretativista/conteudista nas ciências sociais que lida com o texto como se ele fosse uma superfície transparente, onde, naturalmente, os indivíduos mergulham para buscar os sentidos. No entanto, a proposta de Fairclough é caracterizada por um esforço de síntese de múltiplas contribuições teóricas - mesmo aquelas que se contrapõem -, cujo resultado deve auxiliar a pesquisa científica social a estudar os processos de mudança social.

O que é fundamental na AD, e ignorado na ACD, é a complexidade na concepção da estrutura da língua, ou da materialidade linguística, pois nos fornece uma idéia de que a língua se trata de uma estrutura opaca, atravessada pelos eventos sócio-históricos. Mesmo assim, para Fairclough a análise discursiva da escola francesa é tratada em termos semânticos muito estreitos.

Essa crítica se explica em parte pelo exaustivo desse autor sobre a superfície discursiva apoiada em questões de textualidade, que se invalidam completamente dentro da perspectiva da AD, para a qual o que interessa não está na superfície do discurso, pois ela, apenas, contém os elementos que fornecem ao analista o acesso ao objeto discursivo. O que está em jogo é a explicitação dos mecanismos de produção de sentidos a partir do funcionamento discursivo.

A AD enfatiza a reprodução da ideologia no discurso – como os sujeitos são posicionados dentro de FDs e como a dominação ideológica é assegurada através da linguagem – em detrimento da transformação social a partir do discurso – como o sujeito pode contestar e reestruturar a dominação e as FDs mediante a prática discursiva.

O discurso como objeto construído pela AD deve ser encarado como um processo que se dá sobre a língua, e o acontecimento linguístico como um investimento ideológico do sujeito que se inscreve e se dispersa no discurso, enunciando e sendo enunciado, a partir do que já foi dito e colocando a possibilidade, sobre o mesmo, de outros dizeres.

Segundo Orlandi (2002), a AD vai articular o lingüístico ao sócio-histórico e ao ideológico, colocando a linguagem na relação com os modos de produção social. Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Há, entre os diferentes modos de produção social, um modo de produção social específico que é o simbólico. Há, pois, práticas simbólicas significando (produzindo) o real. A materialidade do simbólico assim concebido é o discurso.

Temos, por um lado, os teóricos mais representativos da AD afetados pela atmosfera intelectual do período estruturalista anterior e posterior a maio de 68 na França (período de ascensão e queda do paradigma estruturalista), e, por outro, na ACD, teóricos que estão procurando equacionar os problemas sem resposta de múltiplas tradições intelectuais, em um esforço de síntese crítica, voltada para os problemas sociais mais urgentes. Ao mesmo tempo em que não podemos tomar como compatíveis, em sua totalidade, os empreendimentos de Pêcheux e Fairclough, existem pontos nos quais eles se encontram, apesar do contexto no qual se inserem.

Dentre muitos conceitos comuns, aquele que se caracteriza como um dos mais importantes e que nos permitiria a aproximação é o de interdiscursividade. Existe um consenso sobre ele no que diz respeito à sua primazia, na forma como constitui a discursividade. No entanto, sua aplicação, apesar de idêntica na forma lingüística, é transportada, na ACD, das considerações de Pêcheux - onde a interdiscursividade é um todo complexo de formações discursivas que emergem do conjunto de formações ideológicas - para a aplicação da noção de ordem do discurso - onde não se aceita a ideologia em Althusser como cimento social, mas o conceito de hegemonia enquanto luta que abre a possibilidade de articulação e rearticulação das ordens do discurso.

6. “Sujeito” ou “ator social” na AD e na ACD

Na relação entre a AD e a ACD, eis aqui um verdadeiro campo de batalha pela definição do sujeito/ator: por um lado a intencionalidade que pauta nossas práticas discursivas, em uma relação dialética entre estrutura e agência humana; por outro, a nossa constituição enquanto sujeitos, um efeito de uma posição social representada no discurso.

As grandes reivindicações recíprocas nos dois campos acerca dos estatutos do indivíduo (se sujeito ou se ator) consistem na maior divergência entre a AD e a ACD. Para a ACD, o

processo de interpelação ideológica, tal como é descrito na AD, é muito rígido e faz com que o sujeito desapareça, ao estilo estruturalista. Para Fairclough, o agente-sujeito é uma posição intermediária, situada entre a determinação estrutural e a agência consciente. Ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, ele trabalha sobre as estruturas, a fim de modificá-las conscientemente. É como se a estrutura estivesse em constante risco material em função de práticas cotidianas de agentes conscientes.

Já para a AD o sujeito é sempre dependente, condicionado por fatores extrínsecos a ele e é, exatamente, por essa dependência que a AD se posiciona como um campo investigativo da sociedade, pois busca investigar os processos de reprodução de poder a que são submetidos os indivíduos.

Apesar da distância que assume, Fairclough ainda está dialogando com a possibilidade de interpelação inconsciente dos sujeitos do discurso. Mas o sujeito do desejo e do inconsciente laciano, transportado e transformado na AD, não está presente. Outros elementos, no entanto, estão: a força de persuasão, dominação, hegemonia e a ideologia, deslocadas dos empreendimentos de Althusser, mas encontradas nos trabalhos de Gramsci.

Além disso, para tratar da luta política no interior do discurso, Pêcheux e Fairclough parecem concordar em suas críticas a Foucault.

Tanto Fairclough quanto Pêcheux defendem, pois, uma análise ideológica do discurso, embora tenham trilhado caminhos diferentes na história do marxismo. É também pelo antimarxismo de Foucault que as duas vozes levantam-se, em conjunturas bem diferentes, sobre o mesmo ponto: exige-se o engajamento de Foucault, porque se admite o valor de seus trabalhos na luta política. Ambos identificam em Foucault um relativismo e, por conseguinte, a falta de uma tomada de posição explícita na luta política.

Os processos de assujeitamento ou agenciamento do indivíduo passa por todos esses princípios norteadores que significam poder e discurso na agenda da ACD e da AD e são esses processos que as distinguem essencialmente.

7. Considerações finais

Apesar da incompatibilidade entre as duas práticas em análise de discurso, existem alguns pontos onde Fairclough retoma Pêcheux e se esforça em sintetizar o pensamento marxista, são esses que se refletem nas propostas de engajamento da análise de discurso nos dois domínios: Pêcheux defendia uma tomada de posição pelo marxismo-leninismo e Fairclough se coloca entre os neomarxistas que procuram dar conta das transformações do capitalismo face à globalização.

Um projeto comum entre a AD e a ACD pode existir e pretender produzir interfaces e desdobramentos que não apenas sobre as práticas discursivas, mas também acerca das práticas e estruturas sociopolíticas que apóiam as práticas discursivas.

As duas correntes não estão eximidas de possibilidades de intersecções, haja vista que sua tradição histórica em afirmarem-se abertamente políticas e, portanto, potencialmente polêmicas, sendo seus papéis analisar e revelar a função do discurso na (re)produção da dominação social.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001

AUTHIER-RÉVUZ, J. *Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)*. Trad. C. M. Cruz e J. W. Geraldi. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n° 19: 25-41, 1990

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. (Leituras Filosóficas).

HALLIDAY, M. A. K. Language Structure and Language Function In: LYONS, J. *New Horizons Linguistics*. London: Pinguin Books. p. 140 – 165, 1970.

_____ *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985

KRESS, G. *Critical Discourse Analysis*. In: W. G. (org.). *Annual Review of Applied Linguistics* 11. p. 84-99, 1990.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

ORLANDI, E. *A análise de discurso e seus entremeios: notas para a sua história no Brasil*. Caderno de Estudos Lingüísticos (42), Campinas: Jan./Jun. PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*, Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso – introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp. pp 61 – 161, 1990.

RAJAGOPALAN, K. *Linguagem e cognição do ponto de vista da Lingüística Crítica*. Veredas. Revista de Estudos Lingüísticos. V 06, nº 01, jan/jun. Juiz de Fora: UFJF. P. 91-104, 2002.

VAN DIJK, T. Semântica do discurso. In: PEDRO, E. R. (Org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.